



Encontro Nacional dos  
Estudantes de Arquivologia  
De 11 a 15 de Julho de 2016



**REFLEXÕES INICIAIS SOBRE O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DO ACERVO  
DOCUMENTAL DE EX-SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA  
ESCOLA POLITÉCNICA DA UFBA: ANÁLISE HISTÓRICA DO PERÍODO DA  
DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)**

Deisiane Lima dos Santos<sup>1</sup>

Lívia Gomes Côrtes<sup>2</sup>

Louise Anunciação Fonseca de Oliveira<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo visa apresentar o projeto realizado no Memorial Arlindo Coelho Fragoso da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (EPUFBA) que objetiva realizar o regaste histórico do período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), a partir da identificação do acervo documental de ex-servidores técnico-administrativos da mesma instituição. O projeto de pesquisa, inserido no Programa Pense, Pesquise e Inove à UFBA (PROUFBA/2014), a partir da relevância histórica do período ditatorial do Brasil e da instituição educacional supracitada, pretende perceber a atuação dos ex-servidores técnico-administrativos da EPUFBA na luta contra a ditadura civil-militar, assim como as sanções sofridas por essas atitudes e/ou demais desdobramentos que possam ser revelados. Para tanto, o tratamento arquivístico empregado na documentação sob custódia do Memorial revela-se de suma importância para viabilização desta pesquisa, já que os processos de inventário, diagnóstico, higienização, acondicionamento adequado e registro em base de dados propiciam o desenvolvimento da construção da História, como também fortalece a Arquivologia como disseminadora da informação e evidencia a interdisciplinaridade entre as áreas. Durante o projeto foram identificados 265 (duzentos e sessenta e cinco) acervos documentais, dentre eles 161 (cento e sessenta e um) correspondem ao período analisado (1964-1985). Portanto, os trabalhos em desenvolvimento buscam descobrir e dar visibilidade a possíveis novos sujeitos históricos dentro deste evento político-social que durou 21 anos e que influenciou e/ou influencia as diretrizes dos inúmeros setores deste país, inclusive a EPUFBA.

**Palavras-chave:** Identificação arquivística. Servidores técnico-administrativos. Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

## **1 Introdução**

---

<sup>1</sup>Graduanda em Engenharia de Produção pela Universidade Federal da Bahia e bolsista do Programa Permanecer/2014 (PROAE/UFBA).

<sup>2</sup>Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal da Bahia/ Graduanda em História pela Universidade do Sudoeste da Bahia e bolsista do Programa Pense, Pesquise e Inove à UFBA (PROUFBA/PROPCI/ 2014).

<sup>3</sup>Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia e Arquivista da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

A identificação e o tratamento técnico do acervo documental de ex-servidores técnico-administrativos da Escola Politécnica da UFBA é a proposta do projeto que está sendo realizado no Memorial Arlindo Coelho Fragoso, com o apoio da Pró-reitora de Pesquisa, Criação e Inovação da UFBA (PROPCI), embora desde 2014 os profissionais envolvidos com o Memorial fomentaram e continuam a promover outros projetos<sup>4</sup> que também objetivam disseminar a informação acumulada no acervo da EPUFBA, assim como incentivar a pesquisa e integração com o corpo docente e discente da comunidade acadêmica.

Fundada em 12 de julho de 1896, como Instituto Politécnico da Bahia, a então Escola Politécnica da Bahia foi inaugurada em 14 de março de 1897<sup>5</sup>. Em 1946, a Escola Politécnica da Bahia é incorporada à Universidade da Bahia<sup>6</sup>. Ao longo desta história, esta unidade de ensino acumulou um acervo documental que delinea uma trajetória de crescimento, transformações e consolidação da Escola e, portanto, de considerável relevância para a sociedade baiana em geral, bem como a comunidade acadêmica, científica e profissional.

No presente estudo, o foco é o resgate do acervo documental de ex-servidores técnico-administrativos da Escola Politécnica, por intermédio da identificação e descrição arquivística, com o intuito de mapear e identificá-los, reconstituindo a atuação, bem como a contribuição administrativa, científica e social dos mesmos no referido período. Os objetivos específicos desta pesquisa são: a) mapear os servidores técnico-administrativos da Escola Politécnica da UFBA do período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985); b) identificar os servidores técnico-administrativos da Escola Politécnica da UFBA que participaram do movimento político, investigados pela ASI/UFBA, durante o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) e c) higienizar os dossiês dos servidores técnico-administrativos da Escola Politécnica da UFBA do referido período.

Este estudo se caracteriza como exploratório, bibliográfico, documental e de levantamento, no qual os dados obtidos serão analisados numa abordagem sócio-histórica, tendo como finalidade possibilitar sua inter-relação com o contexto social do período da

---

<sup>4</sup> Outros trabalhos buscam dar destaque a atuação de docentes e discentes neste mesmo período histórico.

<sup>5</sup> “A cinco de julho de 1896, Arlindo Coelho Fragoso reunia nove engenheiros na sala do Diretor da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia e propunha a criação de um Instituto Politécnico, através da ação conjugada de particulares e do governo estadual. A fundação do Instituto objetivava a criação de uma Escola Politécnica. (...) 14 de março de 1897, no edifício nº 6 da rua da Laranjeiras, era solenemente instalada a Escola Polytechnica da Bahia, perante autoridades, representante da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e alunos do Colégio Militar do Rio de Janeiro.” (COSTA, 2003, p. 18-19).

<sup>6</sup> Somente em 1965 que é inserido o “Federal” no nome das universidades federais do país.

ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), no qual os servidores técnico-administrativos e a Escola Politécnica estavam inseridos.

## **2 O Memorial Arlindo Coelho Fragoso e a Escola Politécnica da UFBA**

O projeto do Memorial Arlindo Coelho Fragoso da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, anteriormente apenas denominado como Arquivo Histórico da EPUFBA, foi idealizado em 2010<sup>7</sup>, sendo a documentação custodiada nele avaliada neste mesmo período como de valor permanente, a partir da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos das atividades meio e fim da Administração Pública Federal. Grande parte da documentação é histórica por relatar e retratar a trajetória da Escola, uma unidade de ensino de 119 anos que contribuiu significativamente, como também os indivíduos que a compunham, para o desenvolvimento social e regional.

O acervo documental acumulado na unidade permeia uma trajetória marcada por transformações e consolidações da Escola. Por constituírem-se em um conjunto de documentos e informações imprescindíveis para esta instituição de ensino, assim como para o ensino e pesquisa da engenharia baiana e brasileira, os documentos arquivísticos necessitam do tratamento técnico para que ocorra a preservação do conhecimento acumulado pela Escola ao longo de sua história, nos moldes exigidos pela Constituição Federal em seu artigo 216, parágrafo 2º: “Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”.

O tratamento arquivístico dispensado aos documentos da Escola – a exemplo de atas da Congregação, relatórios anuais, cadernetas escolares, correspondências, materiais cartográficos, dentre outros, e ainda outros projetos que envolvem o acervo museológico, como pinturas de personalidades da Escola e troféus de diversos eventos esportivos alocados no Memorial – vêm viabilizar para a comunidade interna e externa o conhecimento das histórias entrelaçadas neste espaço, inclusive, a partir deste projeto, as possíveis e prováveis histórias da ditadura civil-militar.

Sendo a Escola Politécnica hoje, não só a maior unidade da Universidade Federal da Bahia – com os seus 11 cursos de graduação, 8 de mestrado, 5 de doutorado, 4 cursos de especialização e diversos cursos de extensão e seus cerca de 5200 alunos entre graduação e

---

<sup>7</sup> Inauguração oficial prevista para março de 2017.

pós-graduação<sup>8</sup> – como também referencial no ensino de engenharia da Bahia, é extremamente significativa a concretização do Memorial para preservar e disseminar a história de relevância da Escola como transmissora e divulgadora do conhecimento, pois esta não é apenas limitada ao ensino e pesquisa, no sentido em que vem avançando em atividades de extensão que se expande para além dos muros acadêmicos.

### **3 Técnicas arquivísticas em aplicação**

Após análise da documentação, o objeto da pesquisa são os servidores técnico-administrativos da Escola Politécnica que trabalharam na unidade de ensino durante o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

Opta-se por analisar o envolvimento de servidores técnico-administrativos da Escola Politécnica na luta contra a ditadura militar e as consequências sofridas por estes. Nesse sentido, as categorias de análise serão:

1. Servidores técnico-administrativos que se envolveram de fato com organizações guerrilheiras;
2. Servidores técnico-administrativos acusados de crimes políticos;
3. Tipologias documentais onde há referência direta às provas constituídas para a acusação de um crime por parte do servidor técnico-administrativo.

As fontes documentais a serem utilizadas para análise serão os assentamentos funcionais/dossiês dos servidores técnico-administrativos, relatórios anuais, atas da Congregação (datadas de 1960 a 1985), as correspondências recebidas e enviadas pela EPUFBA e correspondências confidenciais do Departamento de Polícia Federal e da Assessoria Especial de Segurança e Informação/UFBA (AESI/UFBA).

A metodologia será composta por pesquisa documental, bibliográfica e de levantamento. Na apreciação dos dados coletados será utilizado como técnica a abordagem sócio-histórica. A metodologia será composta por 05 etapas.

Na etapa 01, que já está em andamento, é realizado o inventário e diagnóstico do acervo documental dos servidores técnico-administrativos da Escola Politécnica da UFBA. Essa etapa abrange também a identificação e descrição dos dossiês dos servidores técnico-administrativos existentes para processamento técnico.

---

<sup>8</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, **Relatório anual Escola Politécnica da Bahia 2015, 2016.**

A etapa 02, que também já obteve avanço, consiste na higienização mecânica dos dossiês dos servidores técnico-administrativos do período da ditadura civil-militar. Para tanto, realizar-se-á a limpeza mecânica de folha a folha, cortes superior, inferior e lateral, utilizando-se da mesa de higienização documental; desdobramento e planificação de vincos e dobras, além de pequenos reparos; remoção de cliques, grampos e outros prendedores; retirada de objetos metálicos que possam deteriorar os documentos pelo tempo; substituição das pastas originais e ordenação do acervo higienizado conforme as espécies e tipos documentais, em pastas-prontuário e caixas-arquivo, para acondicionamento nos arquivos deslizantes.

Na etapa 03 é realizado o cadastramento em base de dados, assim como a elaboração de espelhos e etiquetas com referências sumárias para a identificação visual das pastas e/ou caixas-arquivo (impressão e fixação de etiquetas).

Na etapa 04 será feito o acondicionamento dos documentos tratados e devidamente etiquetados nas pastas-prontuários ou caixas-box em arquivos deslizantes, seguindo as condutas técnicas necessárias à preservação, de acordo com os critérios de ordenação definidos para cada espécie e tipo documental, etapa que aguarda a finalização da reforma estrutural do Memorial que possibilitará tanto melhor ambiente e ferramentas de trabalho para a equipe quanto para o público/usuário que visitar e solicitar acesso aos documentos.

Por fim, a etapa 05 visa exatamente realizar a produção de artigos como este. Ao longo do andamento dos trabalhos, os resultados parciais devem ser divulgados, pois se pretende dar visibilidade às informações relativas à história da EPUFBA e de seus servidores técnico-administrativos durante o período da ditadura civil-militar brasileira, revelando a atuação dos servidores na luta contra a ditadura militar assim como as sanções sofridas por essas atitudes.

#### **4 Uma história inesquecível: a ditadura civil-militar no Brasil e os arquivos**

No período da ditadura civil-militar brasileira, no âmbito universitário são criadas as Assessorias de Segurança e Informação (ASI). Elas eram parte do Sistema Nacional de Informações do regime militar e seus arquivos continham informações sobre os mecanismos de vigilância e repressão nas universidades durante o regime militar (MOTTA, 2008, p. 44). Assim, fazendo parte deste contexto histórico e político, os arquivos da EPUFBA constituem fonte de informação, conforme salienta Bellotto que:

Eles [os arquivos] resultam da acumulação estruturada e orgânica de documentos gerados ou reunidos por instituições públicas ou privadas no

exercício das funções e atividades que comprovam e justificam sua existência. Estes documentos são conservados enquanto seu teor está em vigor/vigência, por razões administrativas e/ou jurídico-legais podendo ser eliminados se o seu valor se restringir àquele uso primário (o relacionado ao motivo de sua produção) ou, sendo documento de valor permanente, vir a constituir elemento documental dentro dos arquivos permanentes, comumente conhecidos como históricos. (BELLOTTO, 1989, p. 21)

Dessa forma, o Memorial da EPUFBA, a partir do seu acervo documental, configura-se como uma ferramenta para formulação e questionamento das concepções históricas. Neste projeto, contextualizado no período da ditadura civil-militar, faz-se presente esta configuração, pois a gestão dos arquivos invariavelmente traz implicações políticas, visto que controlar a memória coletiva sempre foi um mecanismo de exercício de poder, de garantir e conferir legitimidade aos governantes e aos sistemas de organização política em vigor nas diferentes sociedades (MOTTA, 2008), e dar visibilidade a essa documentação causa condições para o exercício da cidadania.

O acesso às informações das Assessorias de Segurança e Informação torna-se vital para à consagração do princípio de transparência administrativa, uma vez que permitirá o reconhecimento do direito de acesso à informação e a reparação das repressões sofridas por docentes, discentes e funcionários durante o período da ditadura militar (MOTTA, 2008, p.44). Entre 1971 e 1972, as universidades públicas – e não somente as federais, haja vista a existência de órgãos congêneres em algumas universidades estaduais – criaram suas ASI ou AESI, e, com isso, o sistema de informações do regime militar passou a contar com subsidiárias no interior dos campi universitários. A criação desses órgãos deve ser compreendida no contexto de escalada repressiva a partir de 1968 e da edição do AI-5, processo intensificado com o aumento das ações da esquerda armada (MOTTA, 2014).

O sistema de informações identificava na comunidade universitária, um dos focos mais importantes de luta contra o regime militar. Parcela expressiva dos militantes das organizações revolucionárias clandestinas era recrutada nas universidades, bem como atuava nos meios acadêmicos a maioria dos intelectuais responsáveis por municiar de argumentos os críticos do regime militar (MOTTA, 2008, p. 44 e 45). Silva (2014) corrobora com as reflexões de Motta:

[...]. As informações contidas nestes acervos demonstram práticas que foram usadas no exercício das atividades repressivas. Nos tempos atuais, servem como instrumento essencial para o fortalecimento de novas relações sociais e, conseqüentemente, para a consolidação do processo democrático. A divulgação dos arquivos da repressão tem uma inegável ressonância social e política, o que aumenta sobremaneira as responsabilidades das instituições

arquivísticas de guarda como o Arquivo Nacional, na gestão e na preservação adequada de tais conjuntos. O papel destes arquivos não se esgota apenas no conhecimento de nossa história recente. Sua dimensão é particularmente visível com o uso administrativo das informações para o cumprimento de direitos individuais e coletivos que a democracia proporciona como, por exemplo, a concessão de indenizações às vítimas da repressão ou a seus familiares. [...]. Agora, faz-se necessário transformar aquilo que foi gerado para negar direitos em instrumentos de garantia de direitos, em afirmação dos direitos humanos. (SILVA, 2014, p. 15)

Nesse sentido, a divulgação dos arquivos da repressão tem uma inegável ressonância social e política, o que aumenta sobremaneira as responsabilidades das instituições arquivísticas na guarda, na gestão e na preservação adequada de tais conjuntos documentais.

Na Arquivologia contemporânea, a concepção de arquivo como instituição de custódia é substituída para a de acesso. Nesse sentido, as instituições arquivísticas passam por uma mudança de paradigma "da guarda para o de corresponsáveis pela garantia de acesso às informações públicas", de acordo com as reflexões de Silva (2008), e corroborando Bellotto (1989) afirma que a função arquivística será a de garantir a “memória” das organizações para efeitos científicos da pesquisa histórica ou para efeitos de transmissão cultural, com o fim de integrar o patrimônio local e nacional para servir aos interesses do cidadão e demais perfis de usuários. As colocações de ambos tangenciam a Lei de Acesso à informação (Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011):

O acesso à informação pública é um direito de cidadania garantido no Brasil, tanto na Constituição Federal como em textos legais complementares. Entretanto, a existência de fundos documentais não organizados ou sem um adequado tratamento técnico dentro dos arquivos públicos, bem como de arquivos correntes sem códigos e/ou planos de classificação e/ou tabelas de temporalidade, é uma constante na realidade da administração pública e representa um importante fator dificultador do exercício do direito de acesso à informação pelo cidadão (SILVA, 2008, p. 14 e 15).

Por conseguinte, o objeto do presente projeto sendo o acervo documental textual dos ex-servidores técnico-administrativos da EPUFBA do mencionado período, a ser identificado e tratado tecnicamente, vem colaborar diretamente com novas leituras e percepções sobre a ditadura civil-militar, ressaltando, como coloca Motta (2008) que é preciso ter os cuidados críticos tradicionais ao fazer historiográfico – sobretudo a desconfiança em relação às fontes – são particularmente necessários aqui, assim como a observância de princípios éticos por, em alguns casos, os documentos terem conteúdo que podem ser mais pessoais do que de interesse da administração.

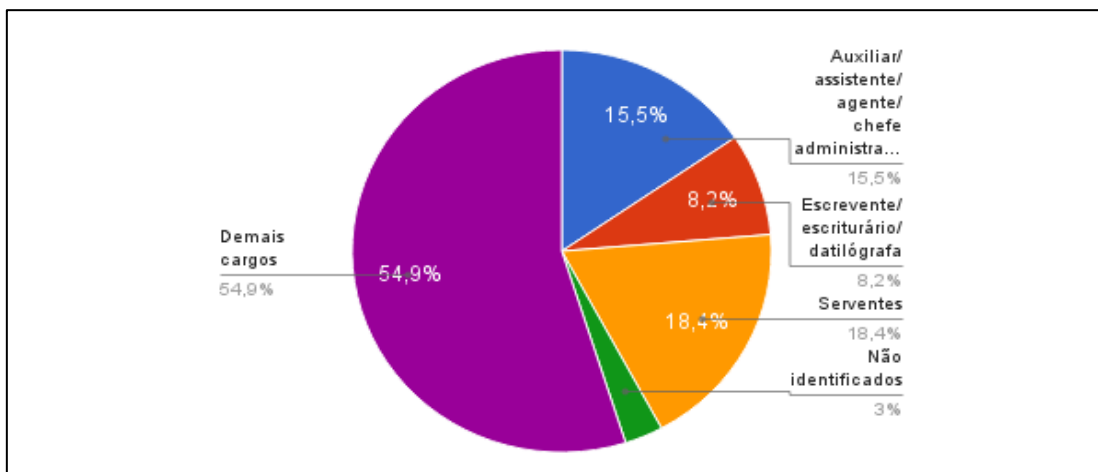
Com isso, o intuito de verificar se a contribuição destes servidores técnico-administrativos se deu de forma direta, ou seja, se esses sujeitos se aperceberam da situação política em que o país se encontrava e organizaram sua resistência, ou de forma indireta, ou seja, os sujeitos fizeram denúncias ao regime militar apenas internamente ou ainda se os mesmos se mantiveram alheios às políticas que permeavam o período, mantendo-se em silêncio, é válido para a sociedade.

Isto posto, o Memorial Arlindo Coelho Fragoço a partir dos trabalhos e projetos desenvolvidos pelos profissionais atuantes no decorrer destes ainda poucos anos de atuação, se integra aos conceitos de arquivos como espaços estratégicos de legitimação de narrativas e práticas sociais, consolidando a universidade como centro de produção do conhecimento e colocando em destaque os indivíduos envolvidos nesta continuidade, transformando-os em sujeitos históricos.

## 5 Resultados parciais

Nesse trabalho identificou-se 265 (duzentos e sessenta e cinco) acervos documentais de ex-servidores técnico-administrativos da Escola Politécnica da UFBA. Levando em consideração todas as funções constatadas, os que possuíam em valores mais expressivos eram os serventes, os auxiliares/assistentes/agentes administrativos e escrevente/escriturário com 56, 47 e 25 dossiês, respectivamente. Conforme gráfico:

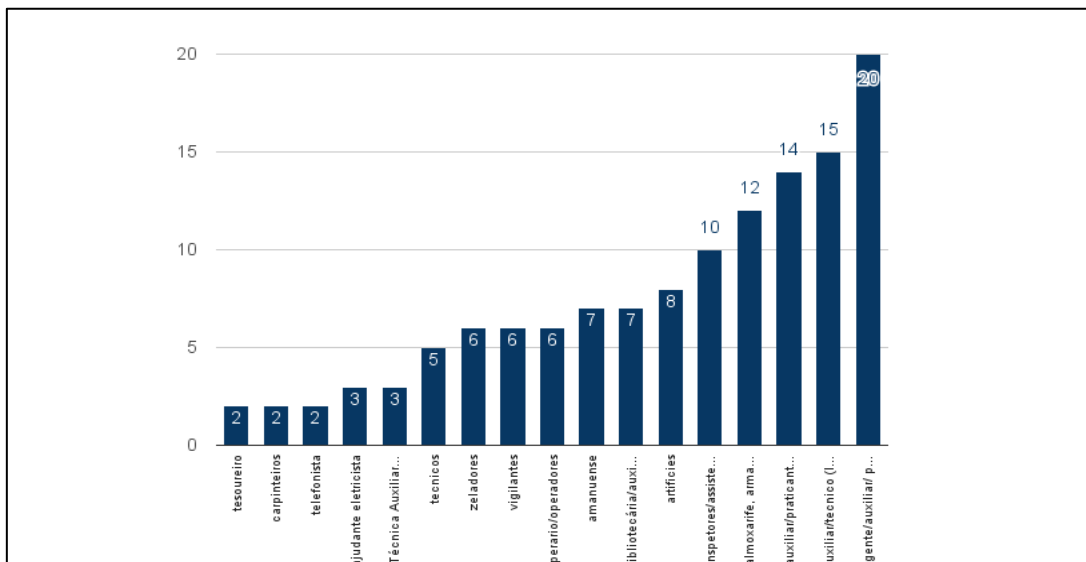
**Gráfico 1:** Servidores da EPUFBA por cargos.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Vale ressaltar que, os demais cargos, apesar de juntos somarem os 54,9% dos dossiês, compõem ao máximo de 20 funcionários por cargo identificado, em detrimento aos cargos destacados no gráfico acima. As funções que pertencem aos demais cargos são compostas por: almoxarife, armazenista, engenheiro civil, barbeiro, afinador de instrumentos musicais, conservação, arqueóloga, desenhista, arquiteta e urbanista, faxineiro, observador, marceneiro, tesoureiro, carpinteiro, telefonista, ajudante eletricitista, auxiliar de mecanização, técnicos, zeladores, vigilantes, operários, amanuense, bibliotecária, artifices, inspetores/assistentes/apoio de alunos, auxiliar/praticante de escritório, auxiliar de laboratório e agente/auxiliar de portaria. Para melhor visualização, os cargos de almoxarife, armazenista, engenheiro civil, barbeiro, afinador de instrumentos musicais, conservação, arqueóloga, desenhista, arquiteta e urbanista, faxineiro, observador e marceneiro, foram plotados juntos, pois havia apenas um funcionário por cargo e somaram doze membros. Conforme é demonstrado no gráfico abaixo.

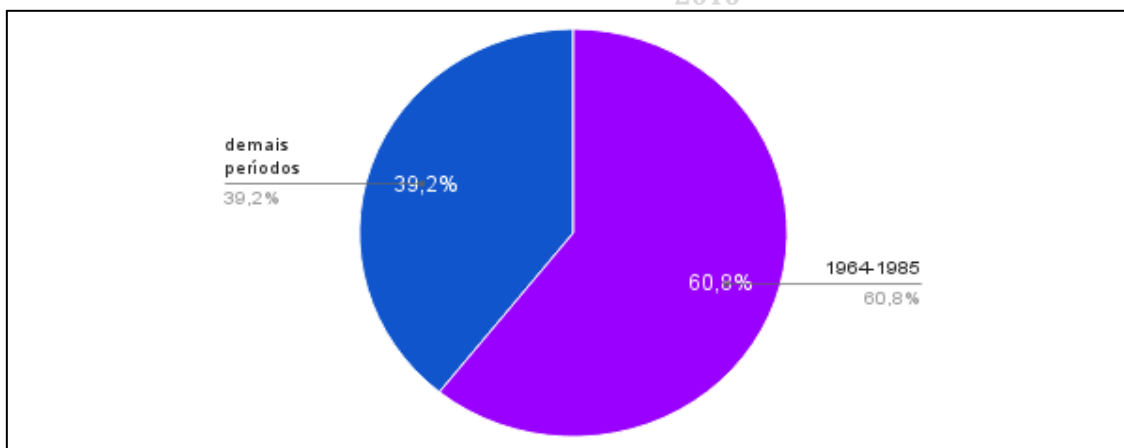
**Gráfico 2:** Quantificação dos funcionários pertencentes aos demais cargos.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Dentre estes ex-servidores, 161 (cento e sessenta e um) correspondem ao período analisado (1964-1985), de acordo com o ilustrado no Gráfico 2:

**Gráfico 3:** Servidores da EPUFBA relacionados ao período da ditadura civil-militar brasileira.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Verifica-se após interpretação do gráfico acima que os servidores técnico-administrativos que atuaram na Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia durante o período da ditadura-civil militar brasileira (1964-1985) correspondem a maioria dos acervos documentais que receberam tratamento técnico arquivístico, totalizando 60,8%, frente aos demais períodos que somam 39,2% do total de dossiês analisados até o momento.

## 6 Considerações finais

Segundo as colocações de Motta (2014), é comum nas pesquisas acadêmicas, algumas das respostas encontradas confirmarem as premissas iniciais; outras surpreenderem ao apontar caminhos inesperados; ainda, em certos casos, as perguntas continuaram sem solução. Contudo, espera-se que a identificação do acervo documental dos ex-servidores técnico-administrativos da EPUFBA sirva como instrumento de apoio à administração e à história, ao desenvolvimento técnico e como elemento de prova e informação, possibilitando aos funcionários, docentes, discentes e sociedade em geral o pleno acesso e uso aos acervos documentais de relevância acadêmica, científica e social, custodiados pela Escola.

Percebe-se que, do universo de acervos documentais pertencentes aos ex-servidores da Escola Politécnica que receberam tratamento técnico e descrição arquivística, uma amostra correspondente à 60,8% pertencem ao período analisado pela pesquisa.

Dessa maneira, também será possível reconstituir e descrever os servidores técnico-administrativos, na busca de uma compreensão dos fatos ocorridos a esse setor social no país, assim como suas atuações durante esse período e de como a experiência pela qual passaram



entre as décadas de 1960 a 1980 influenciaram (ou não) sua carreira administrativa e profissional.

## Referências

BELLOTO, Heloisa Liberalli. Universidade e arquivos: perfil, história e convergência. In: **Revista Transformação**. Campinas, vol. 1, n. 3, p. 15-28, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 01/05/07.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, nov. 2011. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm) >. Acesso em: 01/05/13.

COSTA, Caiuby Alves da. **105 anos da Escola Politécnica da UFBA**. Salvador: P&A Gráfica e Editora, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Incômoda Memória: Os arquivos das ASI universitárias**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p.43-66, jul. /dez. 2008. Semestral. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/85>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **As Universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SILVA, Jaime Antunes da. **O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p.13-28, jul. /dez. 2008. Semestral. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/83>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

STAMPA, I. e RODRIGUES, V. Os arquivos da ditadura e a Comissão Nacional da Verdade. In: **Revista Perspectiva Histórica**, vol. 2, nº 3, p. 17-33, julho/dezembro de 2012. Disponível em <<http://perspectivahistorica.com.br/revistas/1434420486.pdf>>. Acesso em março de 2016